

Atendimento do Governo às Reivindicações dos Caminhoneiros

Fórum Permanente do Transporte
Rodoviário de Cargas

Brasília, 28/10/2015

Ministério dos
Transportes



Ata de Reunião

Ata da reunião realizada em **25 de fevereiro de 2015**, no **edifício sede do Ministério dos Transportes**, com a presença do MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, DA MINISTRA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, do DIRETOR-GERAL DA ANTT, do SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, de REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, e de REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DE CAMINHONEIROS, abaixo-firmados.

A reunião foi realizada em três momentos. Dois com representantes dos caminhoneiros e do governo, e um deles incluídos os representantes das transportadoras e dos embarcadores. Ao final dos debates, o Ministro Miguel Rosseto anunciou a proposta do governo sobre os seguintes pontos, condicionados à suspensão do movimento e liberação das rodovias para o trânsito normal dos veículos de cargas:

1 – SANSÃO INTEGRAL DA NOVA LEI DO CAMINHONEIRO (PL nº 4246/2012). SEM VETOS.

1. Sanção integral, sem vetos, da Lei dos Caminhoneiros.

ATENDIDO com a publicação da Lei nº 13.103/2015.
(DOU, 03/03/2015).

...

1.1 – ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE **PEDÁGIO** PARA O **EIXO SUSPENSO** DE CAMINHÕES VAZIOS.

Isenção de pagamento de pedágio para eixo suspenso de caminhão vazio.

ATENDIDO no art. 17 da Lei nº 13.103/2015 (DOU, 03/03/2015).

COMENTÁRIOS:

Foi publicada a Resolução ANTT Nº 4.898, de 13 de outubro de 2015, após Tomada de Subsídio para caracterização do veículo vazio.

A medida está sendo cumprida nas rodovias federais.

...

1.2 – AUMENTO DO VALOR DA **ESTADIA** DE R\$ 1,00 PARA R\$1,38 TONELADA/HORA, CALCULADO SOBRE A CAPACIDADE TOTAL DE CARGA DO VEÍCULO, VALOR ESSE ATUALIZADO ANUALMENTE PELO INPC DO IBGE.

ESTADIA: Aumento do valor.

ATENDIDO pelo art. 15 da Lei nº 13.103/2015 (DOU, 03/03/2015), que altera o valor de R\$ 1,00 para R\$ 1,38 por tonelada/hora, calculada sobre a capacidade total de carga do veículo.

COMENTÁRIOS:

As Resoluções ANTT nº. 3056/2009 e nº 4799/2015 regulamentam a matéria.

A fiscalização ocorre a partir de denúncias.

...

1.3 – OBRIGATORIEDADE DO EMBARCADOR OU DESTINATÁRIO DA CARGA DE FORNECER DOCUMENTO **HÁBIL PARA COMPROVAÇÃO DO HORÁRIO DE CHEGADA DO CAMINHÃO**, SUJEITO A MULTA DE 5% SOBRE O VALOR DA CARGA.

ESTADIA: Responsabilidade e multa ao embarcador ou destinatário que não fornecer documento hábil para comprovação do horário de chegada do caminhão e controle do tempo de espera a que o caminhoneiro for submetido durante a operação de carga e descarga.

ATENDIDO pelo art. 15 da Lei nº 13.103/2015 (DOU, 03/03/2015) e Resolução ANTT nº 4.675/2015 (DOU, 17/04/2015).

COMENTÁRIOS: A fiscalização ocorre a partir de denúncias.

Para uma ação eficaz e eficiente da ANTT faz-se necessário o acesso aos documentos fiscais eletrônicos emitidos, uma vez que a multa deverá ser proporcional ao valor da carga (informação constante nos documentos fiscais). Atualmente essa fiscalização só será possível por meio de Fiscalização nas dependências da empresas (FDE).

...

1.4 – TOLERÂNCIA DE PESO BRUTO TOTAL DE 5% E DE PESO POR EIXO DE 10% E PERDÃO DAS MULTAS POR EXCESSO DE PESO EXPEDIDAS NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS.

Tolerância de peso bruto total de 5% e de peso por eixo de 10%.

ATENDIDO com o art. 16 da Lei nº 13.103/2015 (DOU, 03/03/2015).

Regulamentado pela Resolução CONTRAN nº 526, 30/04/2015.

Conversão das multas em advertência por excesso de peso expedidas nos últimos dois anos.

ATENDIDO com o art. 22 da Lei nº 13.103/2015 (DOU, 03/03/2015).

Ocorre a partir de processos individuais por iniciativa do autuado.

...

1.5 – RESPONSABILIZAÇÃO DO EMBARCADOR PELOS PREJUÍZOS DECORRENTES DO EXCESSO DE PESO E TRANSBORDO DA CARGA COM EXCESSO.

Responsabilização do embarcador pelos prejuízos decorrentes do excesso de peso e transbordo da carga em excesso.

ATENDIDO pelo art. 18 da Lei nº 13.103/2015 (DOU, 03/03/2015).

COMENTÁRIOS:

A fiscalização ocorre automaticamente nas operações de pesagem na balança e a partir de denúncias.

...

1.6 – INCLUSÃO DE OBRIGAÇÃO DO GOVERNO DE INSTALAR E INCENTIVAR **PONTOS DE PARADAS**. MEDIANTE CESSÃO DE ÁREAS PÚBLICAS.

Regulamentação do tempo de direção e pontos de parada e descanso dos motoristas profissionais.

ATENDIDO pela **Resolução CONTRAN nº 525/2015** (DOU, 30/04/2015).

COMENTÁRIOS:

O cumprimento da Lei 13.103/2015 se dá mediante a fiscalização pela **Polícia Rodoviária Federal e Polícias Rodoviárias dos Estados e do DF** para as questões de trânsito (**tempo de direção**) e pela fiscalização do Ministério do Trabalho para a jornada, tempo de descanso e demais questões trabalhistas previstas na Lei.

Nos primeiros 180 dias a fiscalização é **informativa e educativa**.

... (cont.)

1.6 – INCLUSÃO DE OBRIGAÇÃO DO GOVERNO DE INSTALAR E INCENTIVAR **PONTOS DE PARADAS**, MEDIANTE CESSÃO DE ÁREAS PÚBLICAS.

Estabelecimento de condições sanitárias, de segurança e de conforto nos **pontos de parada**.

ATENDIDO pela **Portaria MTE nº 944/2015** (DOU, 09/07/2015).

COMENTÁRIOS:

O MT já realizou o primeiro levantamento dos pontos de parada (**31/08/2015**); Os pontos de parada estão se adequando para serem reconhecidos.

A partir da publicação dos **trechos com pontos de parada**, a fiscalização ocorrerá por 180 dias em caráter informativo e educativo.

Relação de trechos publicada pela SUINF/ANTT e pelo DNIT:

http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/41594/Pontos_de_Parada_e_Descanso.html

<https://www.dnit.gov.br/rodovias/pontos-de-parada-e-descanso/pontos-de-parada-e-descanso>

A Lei 13.103/2015 estabelece em seu art. 10 o prazo de **até 5 (cinco) anos** para a implantação da infraestrutura dos pontos de parada e descanso.

...

2 – CARÊNCIA DE UM ANO PARA PAGAMENTO DAS PARCELAS DE FINANCIAMENTO DE CAMINHÕES, CARRETAS E SEMIRREBOQUES DOS CONTRATOS EM VIGOR DE TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS AUTÔNOMOS E MICROEMPRESAS DOS PROGRAMAS PRÓ-CAMINHONEIRO E FINAME.

Carência de um ano para pagamento das parcelas de financiamento dos programas Pro-caminhoneiros e Finame do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

ATENDIDO: Regulamentado pela Lei 13.126, de 21 de maio de 2015, a partir da MPv nº 661/2015; Portaria MF nº 414/2015 e Carta-Circular BNDES nº 26/2015.

COMENTÁRIOS:

A medida está sendo cumprida pelos bancos oficiais.

O Governo Federal tem dialogado com o setor privado (FEBRABAN) para que tais medidas também sejam efetivas neste setor.

...

3 – ELABORAÇÃO DE **TABELA REFERENCIAL DE FRETES** PELAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS CAMINHONEIROS E DAS TRANSPORTADORAS COM OS EMBARCADORES, TENDO **MEDIAÇÃO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**, COM A PRIMEIRA REUNIÃO A SER REALIZADA EM 10/03/2015.

Regulamentação de uma tabela referencial de frete pela ANTT.

A **Resolução Nº 4.681, de 23 de abril de 2015** determinou a abertura de **Audiência Pública**; Realizada a **Audiência Pública nº 003/2015** em 29 de maio de 2015.

ATENDIDO pela **Resolução ANTT nº 4.810, de 19 de agosto de 2015**.

COMENTÁRIO:

Foi publicada uma **Planilha de Simulação de Custo da Operação de Transporte de Cargas** com base na metodologia aprovada por meio da Resolução ANTT nº 4.810, de 19 de agosto de 2015.

...

4 – A PETROBRAS INFORMA QUE A PARTIR DOS INDICADORES DE FORMAÇÃO DE PREÇO NÃO HAVERÁ REAJUSTE DO PREÇO DO DIESEL PELOS PRÓXIMOS SEIS MESES.

Ausência de reajuste no preço do diesel por 6 meses.

ATENDIDO:

De fevereiro a agosto/2015 o **preço do diesel manteve-se estável**.

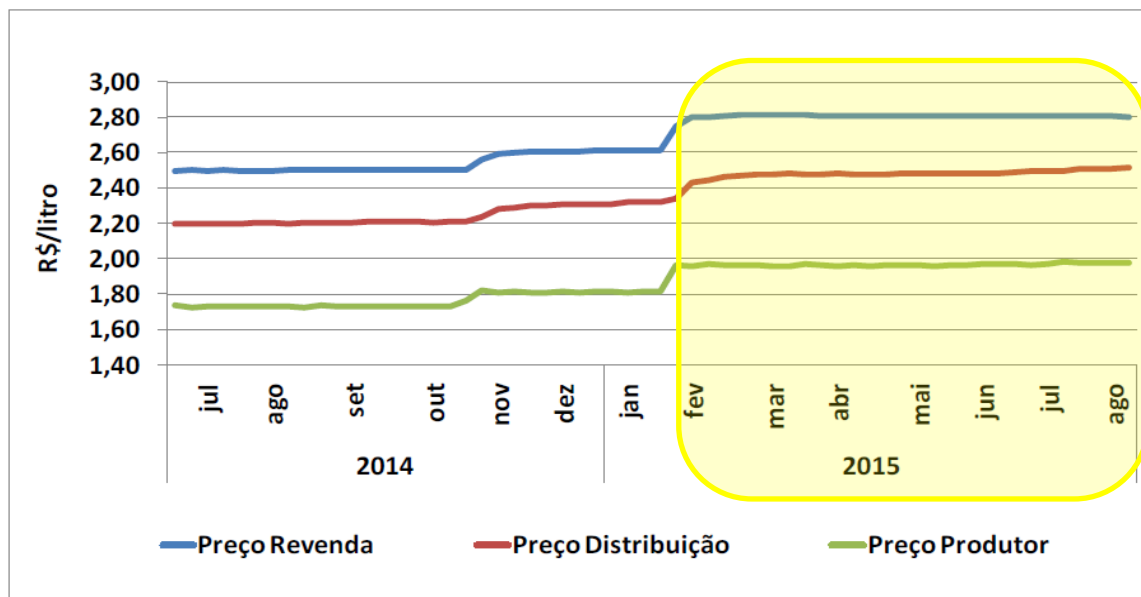
Fonte: **ANP (28/10/2015)**

RELATÓRIO MENSAL DE
ACOMPANHAMENTO DE
MERCADO - ÓLEO DIESEL
Agosto de 2015

Disponível em:

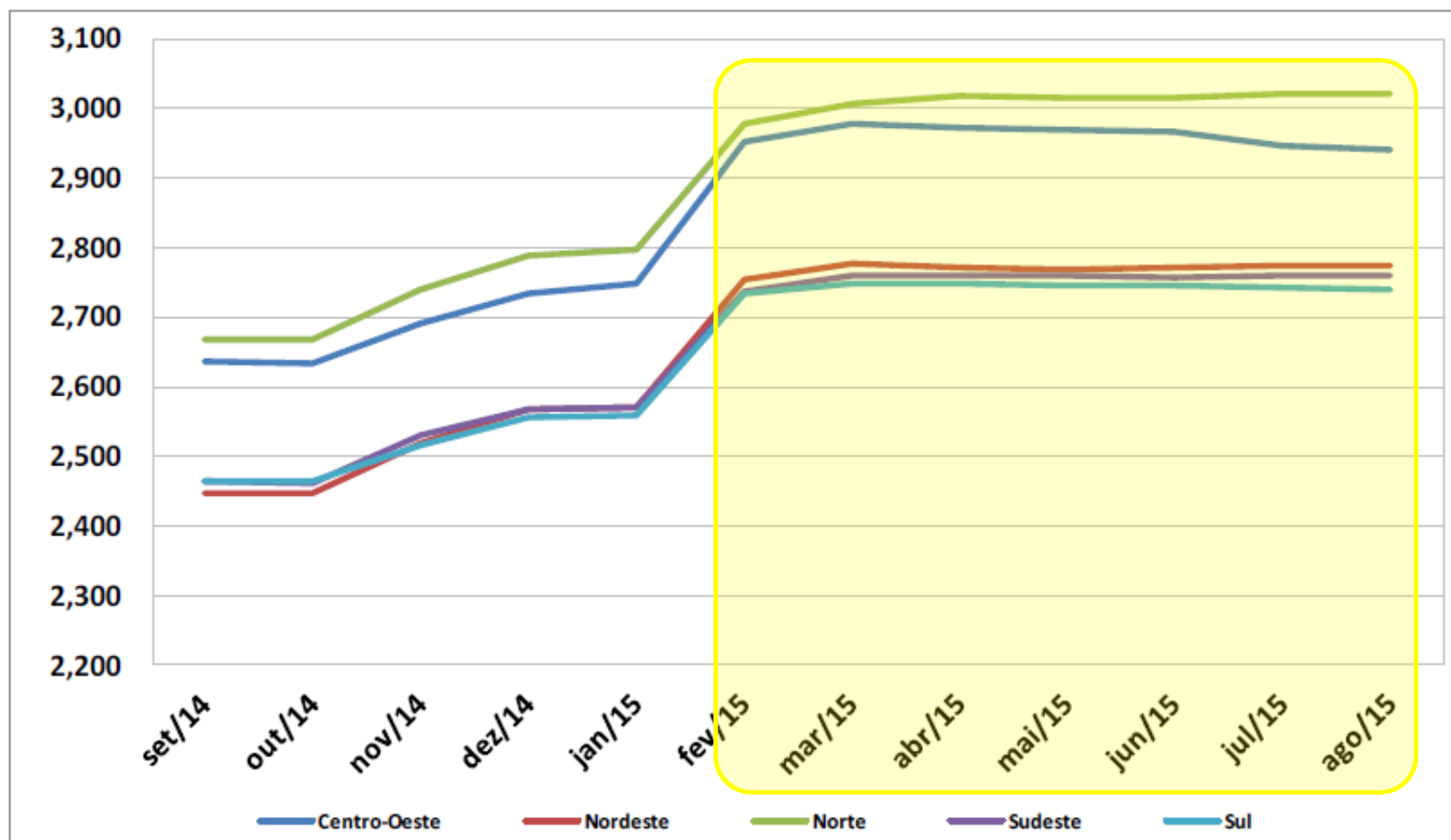
<http://www.anp.gov.br/?pg=77823&m=preços&t1=&t2=preços&t3=&t4=&ar=0&ps=1&1446039196903>

Gráfico 1 - Evolução dos preços médios de óleo diesel nas diferentes etapas da cadeia - Brasil - (R\$/litro)



Nota: Revenda e Distribuição: Óleo Diesel B.
Produção: Óleo Diesel A.
Fonte: Levantamento de Preços ANP e SCP.

Gráfico 2 - Preços médios mensais de revenda de óleo diesel por região (R\$/litro)



Fonte: Levantamento de Preços ANP

...

5 – A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ÓLEO VEGETAIS (ABIOVE) SE COMPROMETEU NA REUNIÃO EM **MELHORAR O RESULTADO DOS FRETES** DOS CAMINHONEIROS A NÍVEIS SATISFATÓRIOS.

Não se trata de um compromisso do governo federal.

Outras Disposições da Lei e Compromissos com o Setor:

Regulamentação do **exame toxicológico** de larga janela de detecção.

NÃO ATENDIDO

ADIADO por questões operacionais para 01/01/2016 pela **Resolução CONTRAN nº 529/2015**, (DOU, 20/05/2015).

Regulamentação de **Autorização Especial de Trânsito para caminhões boiadeiros**, para circulação sem limites de horários.

ATENDIDO com a **Resolução CONTRAN nº 526/2015** (DOU, 30/04/2015).

Outras Disposições da Lei e Compromissos com o Setor:

Isenção de tarifas na utilização do **pagamento eletrônico de frete** reduzindo custos para os caminhoneiros, transferindo o encargo ao responsável pelo pagamento do frete.

ATENDIDO: Regulamentada pela **Resolução ANTT nº 4.674/2015** (DOU, 17/04/2015).

COMENTÁRIOS:

Aguardando a liberação da documentação técnica da nova versão do PEF;

Previsão de início da produção da nova versão até dezembro/2015.

Outras Disposições da Lei e Compromissos com o Setor:

Fórum permanente de diálogo, coordenado pelo Ministério dos Transportes, com participação da ANTT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e entidades representativas de transportadores, autônomos e embarcadores .

ATENDIDO:

Criado pela **Portaria MT nº 101/2015** (DOU, 14/05/2015);

Designação dos membros: **Portaria MT nº 275/2015** (DOU, 12/06/2015) e **Portaria MT nº 303/2015** (DOU, 19/06/2015);

Aprovação do Regimento Interno: **Portaria MT nº 281/2015** (DOU, 17/06/2015).